*Artigo

Benefícios e riscos da reforma trabalhista

Em meio à crise econômica que assola o país, o governo federal apresentou uma proposta para a reforma trabalhista que será encaminhada ao Congresso, em caráter de urgência, no mês de fevereiro. Ela representa uma importante ferramenta a ser utilizada como meio de fomentar o mercado de trabalho estagnado pela recessão que atravessamos. As medidas buscam adequar nossa legislação trabalhista, que está carente de modernização, além de adequação da atual ordem econômica e social que o país atravessa.

Entre as mudanças propostas, há uma que amplia o prazo nos contratos temporários de trabalho, podendo os empregados serem contratados diretamente ou por meio de uma empresa de trabalho temporário. Podemos pensar que, neste caso, haverá um aumento nas contratações, visto que os trabalhadores terão os mesmos direitos previstos na CLT, sendo que as empresas de trabalho temporário ficarão obrigadas a fornecer aos tomadores de serviços os comprovantes de pagamento das obrigações sociais dos trabalhadores.

A validade legal do Acordo Coletivo de Trabalho abordará vários temas, sendo os mais representativos a jornada de trabalho e salário, não podendo fixar conteúdos diversos da legislação nos tópicos relativos a normas de saúde, segurança e medicina do trabalho. Neste ponto, o projeto de lei avança no que até então conhecíamos como "flexibilização da legislação trabalhista", que tinha na Lei 9.601/98 – do contrato por prazo determinado e do banco de horas – os grandes exemplos da hipótese em que o instrumento coletivo poderia interpretar de forma flexibilizada o teor da lei trabalhista, adequando-se aos interesses específicos de cada segmento.

O projeto, por sua vez, coíbe a negociação coletiva para questões relativas ao FGTS, ao 13.º salário, ao seguro-desemprego, ao salário-família, ao pagamento da hora-extra com adicional inferior ao de 50% da hora normal, à negociação do prazo da licença-maternidade de no mínimo 120 dias e ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. Mas, excetuando os temas expressamente excluídos, poderão os acordos coletivos versar sobre os demais tópicos sem restrição, o que possibilitaria, em tese, a redução de direitos do trabalhador. Talvez este seja o ponto de maior polêmica do projeto.

Os instrumentos coletivos de trabalho devem sempre manter sua natureza contratual, tendo entre os pressupostos de sua validade o equilíbrio e a proporcionalidade em suas cláusulas e condições. Ou seja, sempre deverá existir uma condição global que deve estabelecer uma harmonia; o excesso ou a vantagem desproporcional em favor de uma das partes acarreta a nulidade do instrumento e, consequentemente, sua inaplicabilidade. Inegavelmente, a partir de agora, os instrumentos coletivos de trabalho deverão ser submetidos a uma rigorosa analise de equilíbrio, pois poderão passar sobre direitos trabalhistas previstos inclusive na Constituição Federal.

O projeto de reforma trabalhista apresentado pelo governo federal mostra que a grande questão é a busca de novos postos de trabalho, aceitando acordos entre patrões e empregados mesmo que eles possam estar contra a CLT. Vale o acordado sobre o legislado, tudo como forma de combater o desemprego, sendo a proposta de modernizar a legislação trabalhista apresentada como uma ação destinada a restaurar a confiança do mercado e consumidores, buscando preservar os empregos atuais e retomar o crescimento.

Fabio Luiz de Queiroz Telles é mestre em Direito Empresarial e Cidadania, é professor de Direito do Trabalho e Legislação Trabalhista da PUCPR.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Feira Internacional do Pantanal começa hoje em Cuiabá

Prevista para ocorrer entre os dias 20 e 23 de abril deste ano, a Feira Internacional do Turismo do Pantanal (FIT) será lançada hoje, 30, às 8h, no Centro Sustentabilidade do Sebrae, em Cuiabá. O evento será realizado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec-MT) e a adjunta de Turismo. O local do evento foi estrategicamente escolhido para estar em sintonia com o tema da próxima edição do maior evento voltado ao fomento do turismo não somente de Mato Grosso, mas, também, de toda a região Centro-Oeste: 'Turismo Sustentável'. Além disso, está em consonância com a bandeira indicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que elegeu 2017 como o 'Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento'. "A Feira será um grande palco para que toda a cadeia do turismo, de operadores ao público em geral, possa interagir, saber mais sobre o potencial turístico local e fazer negócios", revela o secretário-adjunto de Turismo de Mato Grosso, Luis Carlos Nigro.

Greve

Servidores da saúde do Estado aprovaram indicativo de greve para 15 de março. Como estopim para a decisão a precarização e sucateamento de todas as unidades de saúde, o déficit no orçamento da Secretaria de Estado de Saúde que já começa com R$ 600 milhões a menos, contra as imposições do governo sem dialogo com a categoria.

Rural

A colheita da soja em Mato Grosso chegou a 16,2% da área total de 9,3 milhões de hectares. O avanço semanal foi de 4,7 pontos percentuais. Em relação ao mesmo período do ano passado, a safra está 8,06 pontos percentuais mais adiantada. Em janeiro de 2016, havia sido finalizado um total de 8,19% da colheita.

Abusos

Mais de 1,1 mil casos de ocorrências relacionadas a menores de idade foram registrados em 2016, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública. Os casos, de acordo com a pasta, incluem estupro, tentativa de estupro, assédio sexual e ato obsceno. Em relação a 2015, ano anterior, os números de casos aumentaram pouco mais de 36%.

Lei Seca

Cento e cinquenta e nove motoristas foram flagrados embriagados durante operações da Lei Seca, em Mato Grosso em 2016. Foram 42 edições entre janeiro e dezembro. As blitzes resultaram em 4.214 testes de alcoolemia, 1.625 autos de infração de trânsito, 727 carteiras de habilitação recolhidas e 192 veículos removidos.

*Bastidores da Política

Gastos

A Assembleia Legislativa vai gastar R$ 20,839 milhões este ano com o Fundo de Assistência Parlamentar (FAP) destinado a custear aposentadorias de ex-deputados estaduais, viúvas e até mesmo de políticos que estão no exercício do mandato eletivo. O valor consta no orçamento do Legislativo publicado no Diário Oficial do Estado, que circula hoje.

Ausentes

Os senadores de Mato Grosso faltaram 24 vezes as sessões do Senado Federal durante o ano passado. Destas faltas, seis foram injustificadas e outras 18 tiveram justificativas entregues pelos congressistas. Ao todo, foram realizadas 91 sessões em 2016. As informações constam em um levantamento que analisou a assiduidade de todos os senadores do País.

Análise

A análise foi feita pela Revista Congresso em Foco, com base em informações do Senado. O senador Cidinho Santos (PR) foi o representante de Mato Grosso que mais se ausentou. Ele possui nove faltas justificadas e duas injustificadas. Em todo o Brasil, ele ocupa a posição de 33º entre os que mais faltaram no ano passado.

Silval

O suposto esquema citado pelo ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, no complemento de sua delação da Operação Lava Jato, seria relativo a fraudes na ordem de R$ 219 milhões envolvendo o ex-governador Silval Barbosa (PMDB) e pelo menos 24 empreiteiras que fizeram obras asfálticas em Mato Grosso.

Envolvidos

Além de Silval e da Petrobras, também são alvos da investigação, conduzida pela promotora de Justiça Ana Cristina Bardusco e pela Delegacia Fazendária, os ex-secretários de Estado Marcel de Cursi (Fazenda), Arnaldo Alves e Cinésio Nunes (Transporte e Pavimentação Urbana) e Maurício Guimarães (Copa). Silval e Cursi estão presos desde setembro de 2015.

Cobrança

Carlinho da Esmeralda (PSC) cobrou esta semana do Poder Executivo Municipal a limpeza e reforma da Praça da Vila Esmeralda. O vereador lembrou que a praça é muito freqüentada pelos moradores do bairro que, atualmente, reclamam da necessidade de reforma. A praça é referência para os bairros da região, o que justifica o investimento público.

Creche

O parlamentar também solicitou da Secretaria de Educação a elaboração de novo projeto para o prédio da Creche Tia Lina, localizada na Rua 10 da Vila Esmeralda. "O objetivo é que se invista ali, para melhorar a modelagem da fachada da creche que, por se tratar de um órgão educacional", argumenta Carlinhos.

UFMT

Rogério Silva (PMDB) encaminhou ao Governo Federal pedido de instalação de um Campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Tangará da Serra. O vereador argumenta que a instalação é necessária diante do número de estudantes que estão concluindo o ensino médio e da necessidade de que novos cursos sejam ofertados a esse público.

Taques acredita em aprovação e fala em "vingança" de deputada

O governador Pedro Taques (PSDB) disse que ações da deputada de oposição Janaina Riva (PMDB) contra seu Governo podem ser consideradas como uma "vingança política" por conta das disputas eleitorais dos últimos anos. A parlamentar, no início de janeiro, pediu vistas das contas de Taques, relativas ao exercício de 2015, e apontou algumas irregularidades, como o estouro da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em gastos relacionados à folha salarial, o aumento da renúncia fiscal e até o não-cumprimento de metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) daquele ano.

Mesmo com os apontamentos feitos pela opositora, o governador disse que não teme pela reprovação de suas contas na Assembleia Legislativa. "Graças a Deus nós temos oposição. Ela faz parte da democracia. Oposição tem que fazer oposição e fiscalizar", disse Taques, na manhã deste sábado (28), durante a 4ª edição da Caravana da Transformação, realizada em Jaciara (140 Km ao Sul de Cuiabá). "Nós confiamos na nossa base e no líder Dilmar Dal'Bosco [DEM]. Aqueles que querem fazer revanchismo, vingança política é outra coisa", completou.